

**INSTRUMENTO PARTICULAR DE VIGÉSIMA PRIMEIRA ALTERAÇÃO AO CONTRATO
SOCIAL DA SOCIEDADE BÖING, GLEICH ADVOGADOS**

CNPJ/MF: 19.581.105/0001-00

Pelo presente instrumento particular, e na melhor forma de direito, as partes abaixo:

ROGER MAIER BÖING, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado na Estrada do Joá, n.º 200, bloco 2, apartamento 406, no bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.610-142, portador da carteira de identidade n.º 149.688, expedida pela OAB/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 098.715.727-27;

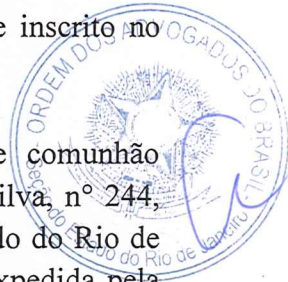
MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua São Clemente, n.º 117, apartamento 1001, bloco 01, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.260-003, portador da carteira de identidade n.º 135.278, expedida pela OAB/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 087.761.247-11;

ROBERTO DOS SANTOS CARNEIRO, brasileiro, casado pelo regime de comunhão universal de bens, advogado, residente e domiciliado na Rua Pereira da Silva, n.º 244, apto. 1001, no bairro de Laranjeiras, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.221-140, portador da carteira de identidade n.º 22.464, expedida pela OAB/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 289.713.617-00;

PEDRO FAYA PONTES MALTA, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à Rua Marechal Ramon Castilla, n.º 237, apartamento 404, no bairro de Botafogo, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.290-175, portador da carteira de identidade n.º 147.474, expedida pela OAB/RJ, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 101.281.607-99;

BRUNO MORAES GIUDICE, brasileiro, casado, advogado, residente e domiciliado à Rua Cinco de Julho, n.º 349, apartamento 402, no bairro de Copacabana, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.051-030, portador da carteira de identidade n.º 134.561, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 054.815.407-46.

LUCAS BARRETO RIBEIRO, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado na Rua Jornalista Carlos Vilhena, s/n.º, Condomínio Ubá Terra Nova – Lote 7, Quadra 3, CEP 24.355-170, no bairro de Itaipu, na cidade de Niterói, no estado do Rio de Janeiro, portador da carteira de identidade n.º 186.549, e inscrito no CPF/MF sob o n.º 140.282.267-75;



KELLY RIBEIRO PEDRO, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Rua Correa Dutra, n.º 29, apartamento 804, no bairro de Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.210-050, portadora da carteira de identidade n.º 198.256, expedida pela OAB/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 907.669.462-15;

GABRIEL MACHADO BRAGA, brasileiro, solteiro, advogado, residente e domiciliado à Praia do Flamengo, n.º 12, apto. 206, no bairro de Flamengo, na cidade do Rio de Janeiro, estado do Rio de Janeiro, CEP 22.210-030, portador da carteira de identidade n.º 215.193, expedida pela OAB/RJ, inscrito no CPF/MF sob o n.º 157.920.467-86;

PATRICIA SCHENKER PIERI, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Avenida Niemeyer, n.º 925, bloco 01, apartamento 1404, no bairro de São Conrado, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.450-221, portadora da carteira de identidade n.º 215.329, expedida pela OAB/RJ, e inscrita no CPF/MF sob o n.º 154.243.147-67; e

MARIANA LORDELLO LIMA, brasileira, solteira, advogada, residente e domiciliada na Rua Zoila Abreu Teixeira, s/n.º, Bloco H3, Apto. 301, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 22.631-380, portadora da carteira de identidade n.º 199.128, expedida pela OAB/RJ, inscrita no CPF/MF sob o n.º 101.859.647-02;



RESOLVEM alterar o Contrato Social da Sociedade **BÖING, GLEICH ADVOGADOS** de acordo com os seguintes termos e condições:

1. O sócio **MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH**, já devidamente qualificada acima, cede e transfere 25 (vinte e cinco) quotas que detém no capital social da Sociedade para **MARIA VITORIA BACH LACOMBE**, brasileira, solteira, advogada, inscrita no CPF/MF sob o n.º 148.732.267-40, portadora do documento de identidade n.º 206.649, residente e domiciliada na Rua Comandante Rubens Silva, n.º 679, bloco 3, apto. 305, Freguesia, Jacarepaguá, Rio de Janeiro, RJ, CEP: 22750-053, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), com a anuência prévia e expressa dos demais sócios da Sociedade.
2. **MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH** e **MARIA VITORIA BACH LACOMBE** outorgam-se mútua e reciprocamente a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretroatável quitação em relação à transferência de quotas e pagamento do preço realizados no item 1 acima.
3. O sócio **ROGER MAIER BÖING**, já devidamente qualificada acima, cede e transfere 25 (vinte e cinco) quotas que detém no capital social da Sociedade para **MARIA**

VITORIA BACH LACOMBE, acima qualificada, pelo preço certo e ajustado de R\$ 25,00 (vinte e cinco reais), com a anuência prévia e expressa dos demais sócios da Sociedade.

4. ROGER MAIER BÖING e MARIA VITORIA BACH LACOMBE outorgam-se mútua e reciprocamente a mais ampla, plena, rasa, geral, irrevogável e irretratável quitação em relação à transferência de quotas e pagamento do preço realizados no item 3 acima.

5. Em razão das deliberações acima, as partes resolvem consolidar a redação da Cláusula Quinta do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CLÁUSULA QUINTA
CAPITAL SOCIAL**

O capital social da Sociedade é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:

QUOTISTAS	N.º DE QUOTAS	VALOR NOMINAL (R\$)
MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH	49.725	R\$ 49.725,00
ROGER MAIER BÖING	49.725	R\$ 49.725,00
ROBERTO DOS SANTOS CARNEIRO	100	R\$ 100,00
PEDRO FAYA PONTES MALTA	100	R\$ 100,00
BRUNO MORAES GIUDICE	50	R\$ 50,00
LUCAS BARRETO RIBEIRO	50	R\$ 50,00
KELLY RIBEIRO PEDRO	50	R\$ 50,00
GABRIEL MACHADO BRAGA	50	R\$ 50,00
PATRICIA SCHENKER PIERI	50	R\$ 50,00
MARIANA LORDELLO LIMA	50	R\$ 50,00
MARIA VITORIA BACH LACOMBE	50	R\$ 50,00
TOTAL:	100.000	R\$ 100.000,00

Parágrafo Único – A responsabilidade de cada Sócio é subsidiária e limitada à sua participação no capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.023 da Lei n.º 10.406/02. O Sócio, porém, responderá pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia na forma subsidiária e ilimitada, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que possa incorrer.”

6. Em razão das deliberações acima, as partes resolvem, por unanimidade e sem reservas, consolidar a redação do Contrato Social da Sociedade, que passará a vigorar com a seguinte redação:

**“CONTRATO SOCIAL DA SOCIEDADE
BÖING, GLEICH ADVOGADOS**

CNPJ/MF: 19.581.105/0001-00

**CLÁUSULA PRIMEIRA
RAZÃO SOCIAL**

A sociedade tem a razão social de **BÖING, GLEICH ADVOGADOS**.

**CLÁUSULA SEGUNDA
SEDE**

A Sociedade tem sede e foro na Praça Floriano, n.º 19, 27º andar, Cinelândia, na cidade do Rio de Janeiro, no estado do Rio de Janeiro, CEP 20.031-924.

**CLÁUSULA TERCEIRA
OBJETO SOCIAL**

O objeto da Sociedade é a prestação de serviços de advocacia, sendo certo que as atividades profissionais que reúnem os Sócios na Sociedade serão exercidas individualmente, quando se tratar de atos privativos de advogado, devendo reverter ao patrimônio social os honorários respectivos.

Parágrafo Único – Os Sócios poderão advogar em todo o território nacional e fora dele, observados os termos da legislação aplicável. Por deliberação dos Sócios que representem a maioria do capital social, a Sociedade poderá manter e encerrar escritórios.

**CLÁUSULA QUARTA
PRAZO DE DURAÇÃO**

A Sociedade tem prazo de duração indeterminado.



CLÁUSULA QUINTA
CAPITAL SOCIAL

O capital social da Sociedade é de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido em 100.000 (cem mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada quota, totalmente subscritas e integralizadas em moeda corrente nacional, assim distribuídas entre os sócios:

QUOTISTAS	N.º DE QUOTAS	VALOR NOMINAL (R\$)
MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH	49.725	R\$ 49.725,00
ROGER MAIER BÖING	49.725	R\$ 49.725,00
ROBERTO DOS SANTOS CARNEIRO	100	R\$ 100,00
PEDRO FAYA PONTES MALTA	100	R\$ 100,00
BRUNO MORAES GIUDICE	50	R\$ 50,00
LUCAS BARRETO RIBEIRO	50	R\$ 50,00
KELLY RIBEIRO PEDRO	50	R\$ 50,00
GABRIEL MACHADO BRAGA	50	R\$ 50,00
PATRICIA SCHENKER PIERI	50	R\$ 50,00
MARIANA LORDELLO LIMA	50	R\$ 50,00
MARIA VITORIA BACH LACOMBE	50	R\$ 50,00
TOTAL:	100.000	R\$ 100.000,00



Parágrafo Único – A responsabilidade de cada Sócio é subsidiária e limitada à sua participação no capital social da Sociedade, nos termos do Artigo 1.023 da Lei n.º 10.406/02. O Sócio, porém, responderá pelos danos causados aos clientes por ação ou omissão no exercício da advocacia na forma subsidiária e ilimitada, sem prejuízo da responsabilidade disciplinar que possa incorrer.

CLÁUSULA SEXTA
DELIBERAÇÕES SOCIAIS

Todas as resoluções dos Sócios serão tomadas, obrigatoriamente, pelo voto afirmativo de pelo menos 75% (setenta e cinco por cento) do capital social, exceto naquelas matérias que quórum maior for exigido por este Contrato Social ou pela legislação aplicável, e desde que observados os procedimentos estipulados nesta cláusula.

Parágrafo Primeiro. As deliberações dos Sócios deverão ser tomadas em Reunião de Sócios devidamente convocada com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência mediante envio de e-mail com aviso de recebimento para cada Sócio da Sociedade.

Parágrafo Segundo. As deliberações de Sócios somente serão válidas e oponíveis à Sociedade e a seus Sócios se: (i) tomadas em reunião de sócios devidamente convocada nos termos deste Contrato; (ii) devidamente transcritas em ata de Reunião de Sócios

contendo todas as deliberações tomadas pelos sócios; e (iii) assinadas por quantos sócios bastem para a validade das deliberações tomadas, desde que observados os quóruns de aprovação estipulados neste Contrato Social para cada respectiva matéria deliberada. Os e-mails dos Sócios para os fins do envio de convocação são os seguintes:

MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH	marcos@bglaw.com.br
ROGER MAIER BÖING	roger@bglaw.com.br
ROBERTO DOS SANTOS CARNEIRO	rcarneiro@bglaw.com.br
PEDRO FAYA PONTES MALTA	pfmalta@bglaw.com.br
BRUNO MORAES GIUDICE	bgiudice@bglaw.com.br
LUCAS BARRETO RIBEIRO	lbarreto@bglaw.com.br
KELLY RIBEIRO PEDRO	kpedro@bglaw.com.br
GABRIEL MACHADO BRAGA	gbraga@bglaw.com.br
PATRICIA SCHENKER PIERI	ppieri@bglaw.com.br
MARIANA LORDELLO LIMA	mlima@bglaw.com.br
MARIA VITORIA BACH LACOMBE	mlacombe@bglaw.com.br

Parágrafo Terceiro. Dispensam-se as formalidades de convocação previstas no Parágrafo Segundo acima quando todos os sócios comparecerem ou se declararem, por escrito, cientes do local, data, hora e ordem do dia.

Parágrafo Quarto. A reunião torna-se dispensável quando todos os sócios decidirem, por escrito (mesmo por e-mail), sobre a matéria que seria objeto dela.

Parágrafo Quinto. A reunião será presidida e secretariada por sócios escolhidos por maioria entre os presentes.

Parágrafo Sexto. Dos trabalhos e deliberações será lavrada, no livro de atas de reuniões de sócios, ata assinada pelos membros da mesa e por sócios participantes da reunião, quantos bastem à validade das deliberações, mas sem prejuízo dos que queiram assiná-la.

Parágrafo Sétimo. Ao sócio que a solicitar será entregue cópia autenticada da ata.

Parágrafo Oitavo. O presidente da reunião de sócios deverá desconsiderar o voto do sócio que seja proferido com violação da lei ou deste Contrato Social.

Parágrafo Nono. As reuniões de sócios poderão ocorrer através de conferência telefônica, videoconferência, telefone convencional, telefone celular, ou qualquer outra forma de comunicação em tempo real, ainda que apenas alguns sócios participem por via remota e os demais de corpo presente; nesses casos, deverá haver prova inequívoca da participação do sócio ausente na reunião pela via remota.

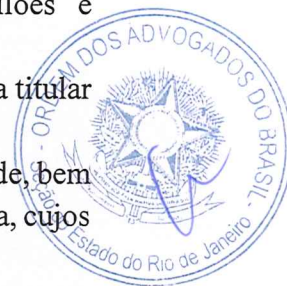


Página 6 de 11

Handwritten signatures and initials in blue ink at the bottom right of the page.

Parágrafo Décimo. As matérias previstas abaixo somente poderão ser aprovadas e praticadas pela Sociedade mediante o voto afirmativo de Sócios que representem pelo menos 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social:

- i. a aprovação das demonstrações financeiras e das contas da administração;
- ii. a modificação do contrato social, inclusive para destituir administradores e designar outros;
- iii. aprovação da política de pagamentos de dividendos pela Sociedade ("Política de Dividendos");
- iv. o modo de remuneração dos administradores;
- v. a instalação e extinção de filiais e escritórios;
- vi. a autorização para a participação da Sociedade em outras sociedades ou em consórcios, associações ou outras entidades, bem assim para a alienação ou oneração de participação que a Sociedade detenha em outras sociedades ou para sua retirada de consórcios, associações ou outras entidades;
- vii. a autorização para a participação da Sociedade em licitações, leilões e concorrências públicas ou privadas, de qualquer natureza;
- viii. a determinação de como a Sociedade exercerá o direito de voto de que seja titular em outras sociedades, em associações, consórcios e outras entidades;
- ix. a autorização para abertura e encerramento de contas bancárias da Sociedade, bem como para a tomada de empréstimos ou financiamento de qualquer natureza, cujos valores ultrapassem R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- x. a autorização para a Sociedade alienar, emprestar, alugar, onerar ou gravar seus ativos, independente de valor;
- xi. a autorização para a Sociedade conceder empréstimos, assumir dívida de terceiro, prestar garantias a obrigações de terceiros ou praticar outros atos em benefício de terceiros;
- xii. a autorização para a Sociedade celebrar contratos ou assinar cheques, ordens de pagamento, notas promissórias, letras de câmbio ou quaisquer outros títulos de créditos, contratos de câmbio, bem como sob qualquer outra forma efetuar pagamentos ou desembolso, em montante superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xiii. a autorização para a Sociedade adquirir ativos ou bens ou fazer investimentos, em valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xiv. a autorização para a Sociedade contratar seguros, bem como a escolha das seguradoras e o estabelecimento dos parâmetros a serem seguidos pela administração na contratação dos seguros;
- xv. a autorização para a Sociedade celebrar, alterar ou rescindir negócios com sócios, administradores da Sociedade ou de sócios;
- xvi. a autorização para a Sociedade propor ação, resolver litígio por meio de arbitragem ou outro procedimento amigável, reconhecer a procedência de pedido,



- confessar, transigir, desistir, renunciar ou perdoar, sempre que a dívida, pretensão ou controvérsia em questão tenha valor superior a R\$300.000,00 (trezentos mil reais);
- xvii. a escolha e destituição de auditores independentes;
 - xviii. a incorporação, a fusão, cisão, transformação e a dissolução da Sociedade, ou a cessação do estado de liquidação;
 - xix. a nomeação e destituição dos liquidantes e o julgamento das suas contas;
 - xx. autorização para os administradores requererem a insolvência da Sociedade;
 - xxi. o aumento do capital social; e
 - xxii. autorização para a outorga de mandato para a prática de qualquer dos atos listados nesta Cláusula.

Parágrafo Onze. A reunião dos sócios deve realizar-se ao menos uma vez por ano, nos quatro meses seguintes ao término do exercício social, com o objetivo de:

- I – tomar as contas dos administradores e deliberar sobre o balanço patrimonial e a demonstração de resultados do exercício; e
- II – tratar de qualquer outro assunto constante da ordem do dia.

Parágrafo Doze. Até trinta dias antes da data marcada para a reunião, os documentos referidos no inciso I do Parágrafo Onze devem ser postos, por escrito, e com a prova do respectivo recebimento, à disposição dos sócios. Instalada a reunião, proceder-se-á à leitura dos documentos referidos no parágrafo antecedente, os quais serão submetidos, pelo presidente, a discussão e votação.

CLÁUSULA SÉTIMA ADMINISTRAÇÃO

A administração da Sociedade será exercida exclusivamente pelos sócios **MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH** e **ROGER MAIER BÖING** (“Sócios-Administradores”), mediante a assinatura por qualquer deles isoladamente, praticando os atos ordinários da administração dos negócios sociais, representando a Sociedade em juízo ou fora dele, bem como perante terceiros em geral, inclusive órgãos e entes públicos de qualquer natureza. A Sociedade poderá ser representada por seus Sócios, individualmente, na assinatura de contrato de honorários com clientes.

Parágrafo Primeiro – Nos poderes de administração não estão incluídos os de contrair obrigações estranhas ao objeto social, de prestar fianças e avais e obrigar a Sociedade cambiariamente em negócios de terceiros.

Parágrafo Segundo – Os instrumentos de mandato deverão ser outorgados por dois Sócios-Administradores e, além de mencionarem expressamente os poderes conferidos,

deverão, com exceção daqueles para fins judiciais, conter um período de validade limitado que não poderá ser superior a 01 (um) ano.

Parágrafo Terceiro – Para os efeitos do disposto no Artigo 1.011 do Código Civil, os Sócios-Administradores declaram expressamente, sob pena da lei, que não se acham impedidos por lei especial ou condenados a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; ou por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou propriedade, enquanto perdurarem os efeitos da condenação, nos termos do parágrafo primeiro do Artigo 1.011 da Lei n.º 10.406/02.

CLÁUSULA OITAVA EXERCÍCIO SOCIAL E BALANÇO; DIVIDENDOS

O exercício social terá início em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano, quando será elaborado o inventário, o balanço patrimonial e demonstração de resultados do exercício.

Parágrafo Primeiro. A Sociedade poderá levantar balanços intermediários mensais, inclusive para os fins de distribuição de dividendos intercalares aos Sócios.

Parágrafo Segundo. A Sociedade distribuirá dividendos desproporcionais na forma estipulada pela Política de Dividendos da Sociedade, sendo certo que a Política de Dividendos da Sociedade somente poderá ser alterada mediante a aprovação de Sócios que representem 85% (oitenta e cinco por cento) do capital social.

CLÁUSULA NONA CESSÃO DAS QUOTAS

A cessão de qualquer quota do capital social depende do consentimento expresso dos demais Sócios, aos quais será sempre reservado o direito de preferência na aquisição da mesma.

Parágrafo Primeiro. A admissão dos novos Sócios, quando realizada por intermédio de aumento de capital aprovado pelos Sócios, far-se-á pela cessão do direito de subscrição dos atuais sócios, na proporção das que possuem.

Parágrafo Segundo. O ingresso de novo sócio dependerá da aprovação de sócios representando 75% (setenta e cinco por cento) do total do capital social. O ingresso de novo sócio poderá se dar pelo aumento do capital social da Sociedade ou pela transferência de quotas pelos atuais sócios ao sócio ingressante, na proporção a ser



Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including a large signature on the left and several smaller ones on the right.

definida pelos atuais sócios, observando-se ainda o que dispuser a respeito o Acordo de Quotistas da Sociedade.

CLÁUSULA DEZ
LIQUIDAÇÃO E DISSOLUÇÃO

A Sociedade não se dissolverá pela retirada, extinção, exclusão, interdição ou insolvência de qualquer dos Sócios. A Sociedade tampouco se dissolverá pelo falecimento de qualquer dos Sócios, continuando os remanescentes. Os herdeiros do Sócio falecido receberão dos demais o valor do patrimônio líquido da Sociedade correspondente às quotas do falecido, observado, entretanto, o que dispuser a respeito o Acordo de Quotistas da Sociedade.

Parágrafo Único – As quotas pertencentes ao Sócio falecido serão pagas aos herdeiros, com base em balanço levantado na data do falecimento, calculando-se o valor das quotas em função do patrimônio líquido contábil assim apurado e efetuando-se seu pagamento em parcelas ou integralmente, à opção dos adquirentes, em até 60 (sessenta) dias da data do óbito.


CLÁUSULA ONZE
ACORDO DE QUOTISTAS

A Sociedade observará os acordos de quotistas devidamente arquivados na sua sede.

CLÁUSULA DOZE
FORO

As Partes elegem o foro da cidade do Rio de Janeiro, com renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões oriundas deste Contrato Social.”

* * *



E, POR ESTAREM ASSIM JUSTAS E PACTUADAS, as Partes assinam o presente instrumento em 3 (três) vias, de igual teor e forma, e para um só efeito, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 09 de julho de 2018.

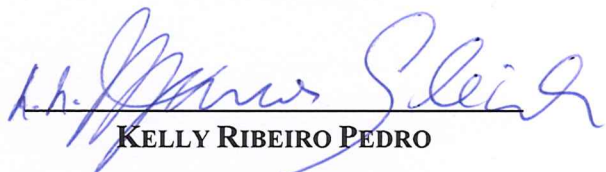

MARCOS COE DE OLIVEIRA GLEICH


ROGER MAIER BÖING


ROBERTO DOS SANTOS CARNEIRO


PEDRO FAYA PONTES MALTA

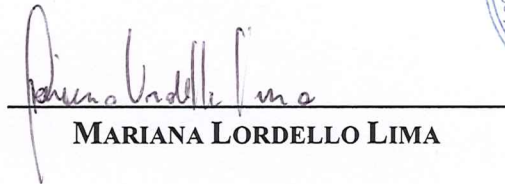

BRUNO MORAES GIUDICE


KELLY RIBEIRO PEDRO


LUCAS BARRETO RIBEIRO


PATRICIA SCHENKER PIERI

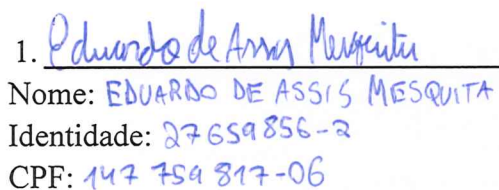

GABRIEL MACHADO BRAGA

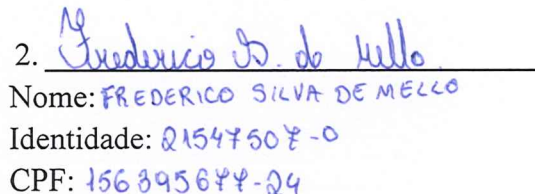

MARIANA LORDELLO LIMA




MARIA VITORIA BACH LACOMBE

Testemunhas:

1. 
Nome: EDUARDO DE ASSIS MESQUITA
Identidade: 27659856-2
CPF: 147 759 817-06

2. 
Nome: FREDERICO SILVA DE MELLO
Identidade: 21547508-0
CPF: 156 895 644-24

OAB - RJ

Certifico que a presente--
alteração contratual encontra-se
registrada nesta Seção, desde
onze de setembro de dois mil e
dezoito, sob o nro. RS.-
023.581/2013.

Rio de Janeiro, onze de setembro
de dois mil e--
dezoito.

Oficial do Registro

